



PÓS-GRADUAÇÃO 2013/2014

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

CRONOGRAMA DAS AULAS / MÓDULOS

1. TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E MORALIDADE

Estruturas Administrativas: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo; Reformas Administrativas; Sistemas Administrativos: jurisdição una e jurisdição dupla; Princípios de Administração Pública; Princípios constitucionais da Administração Pública; Ética pública, boa administração, eficiência e moralidade.

Prof. Dr. Emerson Gabardo

Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Coordenador Geral do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor em Direito do Estado pela UFPR, com estágio de doutoramento na Universidade Clássica de Lisboa. Mestre em Direito do Estado também pela UFPR. Diretor Executivo do NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais em Teorias da Justiça, Democracia e Intervenção da Universidade Federal do Paraná. Conselheiro Estadual da OAB/PR. Advogado.

Aulas nos dias: 23, 24 e 25/08/2013.

2. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Lei de Improbidade Administrativa. Legitimidades Ativa e Passiva. Responsabilidade de Terceiros. Ato de Improbidade. Penas e a proporcionalidade na aplicação. Sistema Processual. Alguns aspectos penais. Prescrição.

Prof. Dr. Luiz Manoel Gomes Junior

Doutor em Direito pela PUC/SP. Advogado. Consultor do Programa das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento (Pnud) - relator do anteprojeto da nova Lei da Ação Civil Pública. Professor dos Programas de Mestrado em Direito da UNIPAR (Paraná) e da Universidade Itaúna (Minas Gerais). Membro do conselho editorial das Revistas de Processo e de Direito Privado (Editora Revista dos Tribunais). Autor de obras e artigos jurídicos.

Aulas nos dias: 20, 21 e 22/09/2013.

3. RESPONSABILIDADE DE PREFEITOS, GOVERNADORES E PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Conceito e modalidades de responsabilidade em Direito. A responsabilidade do Presidente da República: disciplina constitucional e a Lei nº 1.079/50. A responsabilidade dos Governadores: a Lei nº 1.079/50 e a Constituição do Estado do Mato Grosso. A responsabilidade dos Prefeitos e o Decreto-Lei nº 201/67. A responsabilidade civil dos Chefes do Poder Executivo.

Prof. Msc. Daniel Wunder Hachem

Doutorando e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Departamento de Direito Público da UFPR. Professor de Direito Administrativo e Direito Constitucional da UniBrasil. Membro fundador e Coordenador Executivo da Rede Docente Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. Coordenador do Curso de Especialização em Direito Administrativo do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Membro do NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Editor Acadêmico da *A&C - Revista de Direito*



Administrativo & Constitucional. Advogado. Autor dos livros "Princípio constitucional da supremacia do interesse público" e "Mandado de injunção e direitos fundamentais", ambos pela Editora Fórum.

Aulas nos dias: 04, 05 e 06/10/2013

4. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AÇÕES PROCESSUAIS CÍVEIS

Noções gerais. Procedimentos investigativos de natureza civil (inquérito civil e procedimento administrativo). Ação de indisponibilidade de bens (art. 7º da Lei 8.429/92) e natureza: legitimidade, requisitos e procedimento. Sequestro de bens (art. 16 da Lei 8.429/92) e natureza: legitimidade, requisitos e procedimento. Ação civil de improbidade administrativa (art. 17 da Lei 8.429/92): legitimidade ativa, legitimidade passiva, competência, sentença, sucumbência, sanções, coisa julgada. Afastamento cautelar do agente público (art. 20, parágrafo único, da Lei de Improbidade Administrativa) e natureza: condições e casuística. Cumprimento de sentença na ação civil de improbidade administrativa: particularidades. Outras cautelares aplicáveis à ação civil de improbidade administrativa. Aspectos processuais penais da ação civil de improbidade administrativa: interação entre jurisdição civil e penal. Outras questões processuais: temo de ajustamento de conduta em sede de improbidade administrativa e prescrição. Tendências jurisprudenciais em tema de ação civil de improbidade administrativa.

Prof. Dr. Fernando da Fonseca Gajardoni

Doutor e Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da USP (FD-USP). Professor Doutor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP-USP) e do programa de Mestrado em Direitos Coletivos e Cidadania da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Juiz de Direito no Estado de São Paulo.

Aulas nos dias: 25, 26 e 27/10/2013

5. RECURSOS EM MATÉRIA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Recursos: Princípios Fundamentais. Apelação. Agravo. Embargos infringentes. Embargos de declaração. Recursos extraordinário e especial. Sistema Recursal na Lei de Improbidade Administrativa. Duplo grau obrigatório de jurisdição.

Prof. Dr. Luiz Manoel Gomes Junior

Aulas nos dias: 29, 30/11 e 01/12/2013

6. TEORIA E SISTEMA ELEITORAL

Direito eleitoral e Constituição. Princípios constitucionais eleitorais. O princípio da autenticidade eleitoral. O princípio da liberdade para o exercício do mandato. O princípio da máxima igualdade na disputa eleitoral. O princípio da necessária participação das minorias nas instituições políticas e no debate público. O princípio da estrita legalidade em matéria eleitoral. O sistema brasileiro de eleição para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo.

Profa. Dra. Eneida Desiree Salgado

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, atualmente em estágio de pós-doutoramento junto ao Instituto de Investigaciones Jurídicas da Universidade Nacional Autónoma do México. Professora do Departamento de Direito Público da UFPR. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado - da UNIBRASIL, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Mestrado e Doutorado - da UFPR, e do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Pesquisadora e vice-líder do Núcleo de Investigações Constitucionais da Universidade Federal do Paraná. Publicou as seguintes



obras, ambas pela Editora Fórum: Constituição e democracia: Tijolo por tijolo em um desenho (quase) lógico - Vinte anos de construção do projeto democrático brasileiro (2007) e Princípios constitucionais eleitorais (2010).

Aulas nos dias: 13, 14 e 15/12/2013

7. JUSTIÇA ELEITORAL E MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

Direito eleitoral: conceito, fundamento, fontes e princípios. Poder político. O abuso de poder e suas formas. Direitos políticos e sua privação. História da Justiça Eleitoral Brasileira. Formas de controle da investidura político-eleitoral. Organização da Justiça Eleitoral Brasileira na Constituição de 1988: Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais, Juízes e Juntas Eleitorais. Composição. Competências. Funções administrativa, jurisdicional e normativa. Ministério Público Eleitoral: princípios constitucionais e garantias. Designação, atribuições e funções dos Membros do MP Eleitoral. Estudo de casos e análise da jurisprudência.

Prof. Dr. José Jairo Gomes

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, onde foi Professor Adjunto. Procurador Regional da República (Ministério Público Federal), com atuação perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (DF). Procurador Adjunto na Procuradoria Geral Eleitoral, atuando perante o Tribunal Superior Eleitoral. A convite do Ministério das Relações Exteriores, foi Observador Internacional das eleições presidenciais do Congo Belga no ano de 2006. Autor de obras e artigos jurídicos.

Aulas nos dias: 24, 25 e 26/01/2014

8. PARTIDOS POLÍTICOS E REFORMA POLÍTICA

Partidos Políticos: conceito na ciência política e origem histórica nas democracias ocidentais. Histórico dos Partidos Políticos no Brasil: evolução legal e constitucional - diferentes formas de regulação e controle jurisdicional até a Constituição de 1988. O Sistema Constitucional de Partidos Políticos da Constituição Federal de 1988: estado de partidos, democracia representativa e os princípios fundantes do regime constitucional dos partidos políticos. Análise do art. 17 da Constituição Federal. Regulação infra-constitucional do Direito dos Partidos Políticos: a superação da visão organicista de partidos políticos e o regime regulatório da Lei 9.96/95 e alterações posteriores. Reforma política e os partidos políticos: análise e debate sobre as principais propostas de reforma, em debate ou em efetivação, no Congresso Nacional e através das Resoluções e Decisões do TSE e do STF.

Prof. Esp. Guilherme de Salles Gonçalves

Especialista em Direito Público e Direito Eleitoral. Fundador e primeiro Presidente do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral IPRADE (2008). Professor de Direito Público e Direito Eleitoral no Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Editor da Revista de Direito Eleitoral da Editora Fórum. Membro da Rede Eurolatinoamericana de Direito Administrativo (REDOEDA). Advogado no escritório "Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados".

Aulas nos dias: 07, 08 e 09/02/2014

9. CANDIDATURAS E GARANTIAS ELEITORAIS

Direitos políticos fundamentais. Sufrágio e elegibilidade. Condições de elegibilidade. Interpretação constitucional. Natureza jurídica das inelegibilidades. Inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais. As inovações da Lei Complementar nº 135/2010 e a



interpretação do Supremo Tribunal Federal. O monopólio dos Partidos Políticos para a apresentação de candidaturas. A Lei dos Partidos Políticos e a seleção de candidatos. A democracia interna dos partidos e a garantia dos direitos fundamentais dos filiados.

Profa. Dra. Eneida Desiree Salgado

Aulas nos dias: 21, 22 e 23/02/2014

10. PROPAGANDA E PESQUISA ELEITORAL

Propaganda Eleitoral: Conceito. Distinção com as propagandas partidária e institucional. Princípios informadores. A “criminalização” da propaganda informativa. Termo inicial da propaganda. Propaganda eleitoral lícita: espécies. Internet na propaganda eleitoral. Abuso do poder econômico na propaganda eleitoral. Propaganda eleitoral ilícita: espécies. Sanções: multa, cassação de registro/diploma. Termo final da propaganda. Pesquisa Eleitoral: Compreensão. Distinção com a enquete. Pesquisa para uso interno. Pesquisa para divulgação. Pesquisa e divulgação no dia da eleição. Influência no pleito. Infrações cível e criminal.

Prof. Dr. Edson Resende de Castro

Promotor de Justiça. Coordenador Eleitoral do MP-MG. Pós-graduado em Ciências Jurídicas pela Unifenas. Professor de Direito Eleitoral em programas de pós-graduação e cursos preparatórios para carreiras jurídicas. Autor do livro “Curso de Direito Eleitoral”, 6ª edição, Ed. Del Rey, 2012. Co-autor e organização do livro “Lei da Ficha Limpa”, Ed. EDIPRO, 2010. Co-autor do livro “Manual de Atuação Funcional do MP-MG”, CEAF, 2010. Membro da Comissão de Juristas do Senado Federal para o Novo Código Eleitoral. Membro da Comissão Relatora da Reforma Eleitoral, do MCCE, para “Lei de Iniciativa Popular”.

Aulas nos dias: 07, 08 e 09/03/2014

11. CRIMES ELEITORAIS

Sistema punitivo e modelo de Estado. Princípios constitucionais aplicáveis aos crimes eleitorais. Bem jurídico penal difuso ou coletivo. Crimes naturais e delitos de plástico. Classificação doutrinária dos crimes eleitorais. Sanções penais e crimes eleitorais. Direito comparado. Princípio da codificação. Análise das diversas leis que cuidam dos crimes eleitorais.

Prof. Dr. Antônio Carlos da Ponte

Doutor e Mestre em Direito Processual Penal. Procurador de Justiça. Livre Docente em Direito Penal pela PUC-SP. Professor dos Programas de Graduação e Pós-Graduação da PUC-SP e da Instituição Toledo de Ensino (ITE - Bauru). Autor dos livros "Falso Testemunho no Processo", ed. Atlas; "Crimes Eleitorais", ed. Saraiva; e "Inimputabilidade e Processo Penal", ed. Saraiva.

Aulas nos dias: 21, 22 e 23/03/2014

12. METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

A Ciência do Direito e a Pesquisa Científica. A Teoria do Conhecimento. O Conhecimento Jurídico-Científico: evolução do pensamento jurídico e sua influência na pesquisa em Direito. O Trabalho Científico. Os Objetivos da Pesquisa. Processo de Pesquisa. Projetos de Pesquisa. Normas Técnicas aplicáveis aos Trabalhos Científicos. Publicações Científicas.

Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Advogada. Professora dos Cursos de Especialização em Direito da FESMP/MT. Professora Permanente dos Programas de



Mestrado em Direito da Universidade Paranaense – UNIPAR, Universidade de Marília – UNIMAR. Professora Colaboradora do Programa de Mestrado em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina. Autora de obras e artigos jurídicos.

Aulas nos dias: 04, 05 e 06/04/2014

13. PROCESSO ELEITORAL: AÇÕES E RECURSOS I

Estrutura da Organização Judiciária Brasileira. Competência da Justiça Eleitoral. Organização da Justiça Eleitoral. Legislação Eleitoral. Ação de Perda de Mandato Eletivo por Infidelidade Partidária. Ação de Impugnação de Registro de Candidato (AIRC). Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE). Ação Contra a Captação Ilícita de Sufrágio. Condutas Vedadas (art. 73, da Lei das Eleições). Representação do art. 96 da Lei das Eleições. Doações acima do limite legal (pessoas jurídica e física, art. 81 das Lei das Eleições). Captação e gastos ilícitos de campanha (art. 30 –a, da Lei das Eleições). Direito de Resposta. Recurso Contra Diplomação. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.

Prof. Dr. Marcelo Abelha Rodrigues

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Associado I do Departamento de Direito, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação (Mestrado em Direito Processual) da Universidade Federal do Espírito Santo, além de advogado militante. Foi juiz do TRE-ES nos biênios 2009/2011 e 2011/2013. Possui diversos trabalhos e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais de direito processual e de direito ambiental. Autor de diversas obras na área de direito processual civil e direito ambiental, destacando-se os seus Elementos de direito processual civil em dois volumes e as recentes Instituições de direito ambiental.

Aulas nos dias: 25, 26 e 27/04/2013

14. PROCESSO ELEITORAL: AÇÕES E RECURSOS II

Recursos na Justiça Eleitoral. Outros Meios de Impugnação (Ação Rescisória). Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito. Princípios. Efeitos. Recurso Inominado. Embargos de Declaração. Recurso Especial. Recurso Ordinário. Recurso Extraordinário.

Prof. Dr. Flávio Cheim Jorge

Doutor em Direito pela PUC/SP. Advogado. Professor adjunto na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde ministra aulas na Graduação e Pós Graduação (Mestrado em Direito Processual Civil). Foi Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Classe dos Juristas nos biênios 2004/2006 e 2006/2008. Atuação acadêmica voltada para as áreas do Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Direito Eleitoral.

Aulas nos dias: 16, 17 e 18/05/2014

15. AÇÕES PENAIS ELEITORAIS

Fundamento constitucional do direito de ação. Natureza Jurídica. Condições da ação. Princípios da ação penal pública. Fase preparatória para a ação penal: Inquérito Policial; Termo Circunstanciado; Arquivamento da investigação e suas consequências no âmbito eleitoral; Audiência preliminar nos Juizados Especiais Criminais. Ação Penal Pública: Denúncia: aspectos formais e substanciais; Procedimento para apuração de crimes eleitorais; Procedimento comum e procedimento especial dos crimes eleitorais.

Prof. Dr. Pedro Henrique Demercian

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Assessor Jurídico do Procurador-



geral de Justiça, setor de Recursos Especiais e Extraordinários Criminais. Professor Assistente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Convidado da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo - ESMP-SP. Autor de diversas obras e artigos jurídicos.

Aulas nos dias: 30, 31/05 e 01/06/2014

16. RECURSOS CRIMINAIS ELEITORAIS

Teoria geral dos recursos. Justiça Eleitoral e Sistema recursal. Competência criminal em matéria eleitoral. Ação de impugnação de registro de Recurso inominado. Recurso contra a diplomação. Ação de impugnação de mandato eletivo. Recurso ordinário.

Prof. Dr. Antonio Carlos da Ponte

Aulas nos dias: 06, 07 e 08/06/2014

17. PRESTAÇÃO DE CONTAS EM MATÉRIA ELEITORAL

Introdução ao tema: controle dos gastos dos partidos políticos e das campanhas eleitorais e o princípio democrático. Exigência constitucional do dever de controle e transparência das instituições vinculadas ao sistema democrático. Prestações de contas dos partidos políticos no período não abrangido pelas campanhas eleitorais: regime jurídico, características, competências e formas de controle. Do controle das contas de campanha eleitoral: princípios e natureza jurídica. O princípio da onerosidade presumida de qualquer elemento de campanha eleitoral. O princípio do dever de transparência e prestação de contas: características principais. Controle dos gastos eleitorais: regime jurídico, procedimentos e competências. Lei 9.504/97 e suas alterações, Resoluções do TSE. Dos procedimentos da jurisdição eleitoral relativos a prestação de contas: controle dos abusos de poder, Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), Representações e o art. 30-A da Lei 9.504/97.

Prof. Esp. Guilherme de Salles Gonçalves

Aulas nos dias: 25, 26 e 27/07/2014

18. TRIBUNAL DE CONTAS – JUSTIÇA COMUM E JUSTIÇA ELEITORAL

Tribunal de Contas. Origem. Cotejo com o princípio da separação de poderes. Natureza jurídica. Enquadramento constitucional. Competências e incompetências. (Im)possibilidade de controle de constitucionalidade. Decisões e sua eficácia. A elegibilidade como direito político. Interface com a justiça comum e a justiça eleitoral. Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa). Requisitos configuradores da inelegibilidade pela rejeição de contas pelo TC.

Prof. Dr. Anderson Sant Ana Pedra

Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito (FDC-RJ). Especialista em Direito Público e Processual Público. Professor em pós-graduação de Direito Constitucional e Administrativo. Professor de Direito Constitucional e Administrativo da FDV/ES. Ex-Chefe da Consultoria Jurídica do TCEES. Diretor da Escola Superior da PGEES. Procurador do Estado do Esp. Santo. Advogado.

Aulas nos dias: 01, 02 e 03/08/2014

19. METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO

Evolução histórica do ensino jurídico no Brasil. A crise do ensino jurídico. A metodologia tradicionalista: o positivismo e a subsunção. Fundamentos legais e diretrizes dos cursos jurídicos. A problematização do ensino jurídico. Metodologia jurídica e pós-modernidade. Educação e ensino jurídico. Práxis pedagógicas. Novas metodologias e técnicas pedagógicas.



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001

Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

Aulas nos dias 15, 16 e 17/08/2014